

Objetos, paisagens e patrimônio: introdução

Cláudia Regina Plens*

PLENS, C. R. Objetos, paisagens e patrimônio: introdução. R. Museu Arq. Etn., 26: 1-9, 2016

E foi assim: o mais remoto deserto, a mais impenetrável floresta foram sendo povoados com nossos fantasmas. E hoje, todos os lugares começam por ser nomes, lendas, mitos, narrativas. Não existe geografia que nos seja exterior. Os lugares – por mais que nos sejam desconhecidos – já nos chegam vestidos com as nossas projeções imaginárias. O mundo já não vive fora de um mapa, não vive fora de nossa cartografia interior. Mia Couto (2011: 74).

Após aportar em São Vicente, os colonizadores europeus tiveram de cruzar a grande barreira natural que se impõe a poucos quilômetros de distância do mar rumo ao noroeste, a Serra do Mar. Mas inúmeros caminhos indígenas facilitaram essa travessia. Desde a pré-história, os diversos grupos indígenas já possuíam grande conhecimento do ambiente em que viviam e já haviam desbravado caminhos e aberto rotas, “os peabirus”, que interligavam grandes regiões (Dean, 1996: 221; Plens, 2002: 28; Jorge, 2006: 122).

Depois de transpor o terreno acidentado e as intempéries encontradas na Serra do Mar, um grande campo se abria no planalto paulista. Planalto este que abrigava uma densa Mata Atlântica. Nesse contexto ambiental, a opção de transpor grandes áreas geográficas muitas vezes foi facilitada por percursos fluviais.

A importância dos rios para todo o planalto paulista para as comunidades indígenas, e também para os colonizadores europeus, pode ser evidenciada pela toponímia tupi dos rios cujos nomes foram preservados até os dias atuais (Anhemby, Tietê, Tamanduateí e Baquirivu).

Historicamente, é conhecido que logo após aportarem em terras brasileiras, a primeira vila fundada no planalto paulista se chamava Santo André da Borda do Campo, localizada em território tupiniquim (Zanettini, 1998; Plens, 2002). Todavia, aliados dos portugueses, não demorou muito para que os tupiniquim entendessem as verdadeiras intenções dos colonizadores, que nada beneficiavam a vida autóctone e, sem tardar, grandes conflitos emergiram.

Embora com maior prejuízo para os grupos indígenas, os conflitos levaram os portugueses a abandonarem essa vila de modo a se protegerem em um local de maior segurança. Ao se refugiarem na Vila de São Paulo de Piratininga, é conhecido que os paulistas passaram rapidamente a explorar as adjacências de São Paulo em busca de riquezas naturais a serem exploradas sob a força de trabalho escravo indígena.

É nesse momento, no último quartel do século XVI, que os colonizadores começaram a se encaminhar para o leste de São Paulo. De acordo com Prado Junior (1966: 96-8), a colonização europeia no planalto paulista seguiu duas rotas, ambas a partir do rio Tietê, sendo uma rio acima e outra abaixo. A rota rio acima, a que nos interessa mais minuciosamente neste trabalho, teria sido a mais rápida por conta dos

(*) Arqueóloga, Professora do Departamento de História da UNIFESP.

aldeamentos indígenas que nela foram estabelecidos: aldeamentos de Guarulhos, Itaquaquecubata e São Miguel.

Em meio a Mata Atlântica de várzeas, planícies aluviais, colinas, morros e serras, o território, onde hoje se localiza Guarulhos e municípios vizinhos, conjugou três fatores que, intrinsecamente associados, tornaram essa região ideal para a exploração aurífera: disponibilidade de mão de obra de grupos indígenas – escravos – que viviam e também foram levados para a região, matéria-prima, o ouro, e a grande quantidade de recursos aquáticos disponíveis pela configuração espacial da localidade.

Ainda que ilegal, a mineração de ouro no Brasil no século XVI, os portugueses não tiveram dificuldades em explorar o mineral em terras paulistas (Reis, 2013). Prova disso são as inúmeras ruínas que sobrevivem em meio à mata, na parte norte do município de Guarulhos.

Inserida na Serra da Mantiqueira, a Serra da Cantareira compreende os atuais municípios de Mairiporã, Nazaré Paulista e Santa Izabel, com as suas serras de Pirucaia, Bananal e de Itaberaba (ou Gil, como também é conhecida). Essas serras são locais de inúmeras nascentes que formam rios de diferentes volumes, desde pequenos riachos até grandes bacias hidrográficas que desaguam no rio Tietê.

Assim como em São Paulo, em Guarulhos também foi às margens do rio Tietê que as primeiras aglomerações urbanas começaram a se constituir. Ora usufruindo dos benefícios do grande rio ou de seus afluentes para obtenção de recursos econômicos, como peixe, água e barro, ora sofrendo por razão de intempéries que levavam à cheia do rio, as populações ribeirinhas constituíram as primeiras aglomerações urbanísticas (Jorge, 2006: 41-3).

Ao longo da história, sobretudo no final do século XIX, o rio Tietê sofreu alto impacto de alterações por razão de inúmeros manejos humanos com a retificação de seu curso natural para fins urbanísticos.

A bacia hidrográfica da região do Alto Tietê no território de Guarulhos compreende as bacias Jaguari, Cabuçu de Cima, Canal de Circunvalação, Baquirivu Guaçu. O próprio rio Tietê, que cruza diversos municípios do estado

de São Paulo, é muito importante para Guarulhos. Tendo sua nascente localizada no município vizinho, Salesópolis, o rio Tietê corre em direção oeste e corta todo o município.

Da perspectiva geológica, o ambiente onde se encontra Guarulhos possui características singulares, sobretudo do ponto de vista mineralógico que, além do ouro, possui remanescentes de rochas depositadas por águas oceânicas em antigas eras geológicas (Pérez-Aguilar *et al.*, 2012).

É dentro desse cenário, longe de olhares de outros colonizadores da Vila de São Paulo de Piratininga, com contingente populacional indígena em um território de particularidades geomorfológicas, com rochas e ouro e com abundância de recursos aquáticos, que se desdobrou uma série de relações sociais que definiu a ocupação territorial de Guarulhos.

Assim como toda a História do Brasil, ainda pouco se sabe sobre as relações sociais que emergiram entre as populações indígenas e colonizadores. Ainda mais desconhecidas, e “nebulosas”, como nos aponta Vilaradaga (2013: 795), são as relações de exploração dos recursos naturais e sociais para o empreendimento aurífero. É, portanto, a partir desse cenário e dessa problemática que o inventário do patrimônio arqueológico de Guarulhos nos permite discutir as relações sociais históricas do município.

Se em um primeiro momento partimos de uma perspectiva de trabalho de dados históricos pautados em exploração de matéria-prima local e ciclos econômicos, entrecortados por grandes períodos de silêncio histórico e cultural, tal qual a história local é contada e recontada nos dias atuais, podemos enxergar o passado de Guarulhos sob uma perspectiva histórica distinta, permitindo-nos outro aporte para a interpretação dos eventos históricos que não esteja baseado no apogeu econômico, mas de relações e engendramento social contínuo.

Tendo como ponto inicial desta pesquisa os temas de relações sociais e entre indígenas e colonizadores, trabalhamos a partir da perspectiva da Arqueologia do Colonialismo, na qual o colonizador incorpora a terra, população e recursos do colonizado para o gerenciamento da colônia (Jordan, 2009: 32).

Não é novidade para a Arqueologia a investigação da paisagem construída ou manejada para a compreensão do comportamento social. A Arqueologia, com suas técnicas, métodos e teorias investigativas, analisa diferentes artefatos e feições para compreender as múltiplas ocupações de um território. Ao mesmo tempo em que a paisagem pode definir alguns padrões comportamentais, as modificações no comportamento social são refletidas na cultura material e no uso do espaço (Bowser e Zedeño, 2009: 8).

Como já foi descrito antes, os vestígios arqueológicos nem sempre estão enterrados, envoltos pela terra e pelo mistério, esperando para serem revelados pelo arqueólogo que detém, entre outras, a técnica apropriada para a escavação. Os objetos estão em todos os lugares, “na cidade em que passamos todos os dias, no nosso bairro, em frente aos nossos portões, ou mesmo no interior de nossas casas” (Plens, 2016).

Nesse sentido, a paisagem e o lugar são importantes pontos de investigação. Lugares são pontos de conexão entre ambiente, pessoas e significados responsáveis pelo processo de criação do comportamento humano, onde os indivíduos desenvolvem a cognição e a percepção acerca do espaço – e os comportamentos humanos intrínsecos a ele –, e o utiliza como marco para a promoção e transmissão de conhecimento e memória social.

A materialidade da relação entre lugar, pessoas e memória que se desdobra sobre aspectos sociais, políticos, econômicos e simbólicos da paisagem é o cerne da pesquisa arqueológica (Bowser e Zedeño, 2009: 1-6).

Assim como os artefatos, as paisagens e os lugares também têm seu ciclo de vida, eles são utilizados, marcados, modificados, reutilizados e, por fim, abandonados. A existência do lugar depende das inúmeras interações entre pessoas e determinado espaço com diferentes histórias de vida que o modificam constantemente, conferindo diferentes ressignificados na memória social (Bowser e Zedeño, 2009: 8-9).

Por essa razão, as paisagens ou lugares não podem ser considerados como unidades monolíticas, quando para a compreensão do comportamento humano, mas considerados no exercício de suas múltiplas funções. Mais

do que isso, os lugares não são isolados, mas interconectados com outros lugares que ajudam a conferir o seu significado (Bowser e Zedeño, 2009: 8-9).

Uma maneira de se acessar as múltiplas camadas de histórias e relações sociais é partindo de estudos biográficos de lugares e histórias locais que expliquem causas e consequências de mudanças ocorridas em cada lugar e em seus usuários. Progressivamente, essas múltiplas histórias ganham característica de uma rede interconectada de lugares e relações sociais que, aos poucos, configuram a paisagem e o comportamento humano em grande escala (Bowser e Zedeño, 2009: 10).

Foi a partir dessa perspectiva de tecelagem de múltiplas biografias de lugares e relações sociais, com o objetivo de se compreender a paisagem e a memória, que esta pesquisa foi desenvolvida.

As águas que continuamente percorrem, por inúmeros meandros, a serra da Cantareira, por tempos imemoriáveis, permeando lugares e passando por inúmeras pessoas, conferiram significados e assistiram as histórias dos lugares e das pessoas que se estabeleceram pela região.

Assim como a água, a memória acerca das antigas relações sociais também vem se esvaindo continuamente. Entretanto, assim como o rio que corre continuamente, depositando sedimentos como traço material de sua trajetória, alguns bens materiais são vestígios sedimentados nas curvas do tempo, relegando-nos remanescentes concretos de histórias abstratas, que permitem lembrar dos múltiplos eventos e das relações sociais de períodos pretéritos.

Esses vestígios históricos não são sempre perceptíveis e com significados claros para toda a sociedade. Espalhados por toda a região de Guarulhos, os bens edificados mais antigos estão camuflados ora pela mata, ora por prédios modernos, levando a população local a estabelecer relações paradoxais acerca de seus bens históricos, em contexto moderno de urbanização *versus* rural, progresso *versus* preservação, de memória *versus* esquecimento. Contudo, outros cidadãos de olhar mais atento percebem a profusão de relações sociais e históricas estabelecidas outrora no território.

Desde que me tornei professora na Universidade Federal de São Paulo no *campus* Guarulhos, fui procurada por diferentes indivíduos da sociedade civil, com o interesse em mostrar a importância dos bens culturais do município e a urgência das pesquisas arqueológicas e históricas para que, a partir do emprego de técnicas, métodos e teoria específicos da academia, eu pudesse desenvolver uma pesquisa capaz de apontar ao poder público o caráter singular de seu patrimônio ainda edificado e a necessidade de preservá-lo.

A partir do meu primeiro contato em uma excursão pela parte norte do município, convidada pelo geólogo Edson Barros e por Elton Soares de Oliveira, e de participar das reuniões do grupo que se formou pela sociedade civil, o “Geoparque Ciclo de Ouro de Guarulhos”¹, – que esboçou um projeto para que parcela do município fosse trabalhada e protegida pela UNESCO por seu caráter geológico e arqueológico único da região –, vi que se fazia necessário um estudo acadêmico e interdisciplinar do patrimônio da região de modo a trazer à tona os fatos históricos e as relações sociais que se desenvolveram no município.

Os bens edificados que me foram apresentados eram de tão grande diversidade tipológica e cronológica que, ao abrir o edital Fapesp/Condephaat/SEC, me fizeram pensar que qualquer pesquisa arqueológica em Guarulhos deveria partir de um grande inventário, de modo a nos ajudar a compreender a conexão na grande variabilidade existente entre os bens e a história do município.

Já na elaboração do projeto, percebi a necessidade de que a pesquisa fosse levada a cabo por uma equipe interdisciplinar que envolvesse, além de arqueólogos, uma historiadora com experiência em pesquisa em arquivos, um ar-

quiteto e urbanista, um pesquisador da área de georreferenciamento e alguém com experiência em trabalho de Educação Patrimonial e história oral que pudesse lidar com a memória da população local sobre o patrimônio.

Contudo, a variabilidade e densidade de informações acerca do patrimônio aumentaram vertiginosamente, de modo que foi necessário integrar novos membros à equipe, desde pesquisadores acadêmicos (professores e alunos) funcionários da prefeitura, até pessoas da sociedade civil com conhecimento da região.

Além da necessidade de convidar novos integrantes para a equipe, o projeto por si só chamou a atenção de colaboradores de dentro e de fora da academia, que solicitaram participação no projeto porque tinham conhecimento acerca de edificações e áreas importantes a qual qualificamos como bens culturais, podendo contribuir para a compreensão da ocupação territorial de Guarulhos.

O projeto intitulado “Pesquisa e Inventário do Patrimônio Arqueológico de Guarulhos” (PIPAG) visou compreender o processo de ocupação do município de Guarulhos, através do inventário e mapeamento dos remanescentes arqueológicos.

A partir do mapeamento da dispersão de bens culturais, pôde-se compreender melhor o panorama geográfico e cultural do município, fornecendo subsídios iniciais a serem considerados em investigações futuras, tanto por entidades públicas quanto privadas.

De forma a contribuir para a ampliação do quadro de conhecimento sobre o passado de Guarulhos, este projeto foi orientado para tecer a análise e fazer a discussão sobre sítios arqueológicos históricos, de modo a gerar parâmetros quantitativos e qualitativos para uma análise mais aprofundada sobre os territórios ocupados, sobre as biografias dos lugares, para uma melhor compreensão da configuração territorial através do tempo.

A profusão de dados gerados pela pesquisa de campo e arquivística possibilitou-nos entender a profundidade temporal de marcos geográficos, tal qual antigos caminhos e antigas fazendas. Contudo, para o preciso mapeamento para registro desses dados foi necessário

1 O *geoparque* é um conceito criado pela UNESCO para o reconhecimento de sítios geológicos que sejam associados a relevantes pontos culturais, tais como os arqueológicos, com o objetivo de ajudar as populações locais a reconhecer e a conservar a diversidade natural e cultural, de modo a gerar a sustentabilidade do parque e dar suporte econômico à população local para a valorização da identidade e dos patrimônios natural e cultural.

desenvolver um extenso tratamento de dados para que pudéssemos plotar as informações em mapas, buscando sempre pontos de referência que ainda sobrevivessem até os dias atuais para nos dar parâmetros para georreferenciá-las.

Esse tratamento de dados, pautado em um trabalho minucioso, e com o olhar atento de diversos pesquisadores, foi de grande valia, pois nos possibilitou compreender o território de Guarulhos e suas relações sociais além dos remanescentes edificadas, e nos possibilitou mapear bens não mais presentes, mas de fundamental importância para caracterizar os bens ainda edificadas e os territórios de Guarulhos.

Portanto, foram registrados, mapeados, além de dados edificadas, bens que não mais existem, fazendo com que tenhamos gerado duas categorias de bens, os edificadas e os não mais edificadas. Embora tivéssemos inúmeras informações que nos possibilitaram o mapeamento georreferenciado de bens não mais presentes, outros não foram passíveis de localização precisa e, por essa razão, não entraram no mapeamento, embora tenham gerado preciosas informações quanto à quantidade e importância de atividades no passado. Exemplo disso são as centenas de olarias que foram localizadas na documentação primária.

De acordo com a alta quantidade e variabilidade de dados tratados nessa pesquisa que ultrapassou o simples trabalho de elaboração de inventário de bens edificadas, o PIPAG fez avanços profundos em discussões acerca do papel do patrimônio na nossa sociedade, um grande levantamento histórico, mapeamento georreferenciado e cronológico de marcos territoriais e de bens edificadas que levaram a pesquisas acerca da ocupação territorial de Guarulhos e suas relações sociais.

Dada a intimidade inerente ao tema do patrimônio com a população em geral, esse projeto foi além dos muros da academia e interagiu ativamente com a população local, com o objetivo fundamental de criar um elo entre a produção do conhecimento acadêmico, para a circulação e apropriação dos seus saberes em escala mais ampla e por diferentes esferas de comunicação, e sua relação com conhecimento e memória existente nas comunidades sobre o

seu local, sua história de vida, material e/ou imaterial.

A Arqueologia Pública é um processo do qual participam pessoas dos vários segmentos sociais de modo que o conhecimento popular interfira nos resultados da pesquisa que ocorre no “campo” do arqueólogo ou no “arquivo” do historiador, como uma forma intercultural de produção de saberes com suas trocas, conflitos e tensões.

A Arqueologia Pública do PIPAG, desde seu início, enfrentou o desafio de lidar com a memória da população de Guarulhos a partir da colaboração de moradores da cidade que pudessem nos contar sobre sua história de vida e, evidentemente, sobre o que lembravam ou recordavam da história da região e dos seus bens culturais materiais e imateriais.

Contudo, o PIPAG, do ponto de vista científico-metodológico, seguiu parâmetros distintos do “inventário da memória” dos moradores, mas não necessariamente opostos. A partir da proposta e da realização de entrevistas, foi possível perceber as relações entre os materiais e estruturas a serem mapeados, localizados e pesquisados e as diversas camadas de sentido que se depositaram nas memórias dos moradores.

De modo a apresentar essa diversidade de dados, escritos a várias mãos, com informações advindas de múltiplas fontes e métodos investigativos, optou-se por apresentar as pesquisas de forma separada, embora os dados estejam sempre conectados, para que a leitura se torne mais acessível e fluente para os diversos públicos a quem este dossiê possa ser útil. Dessa forma, optou-se por apresentar os capítulos em formas de artigos científicos com começo, meio e fim.

O primeiro artigo visa discutir o conceito de patrimônio e inventário em uma perspectiva crítica, usando o projeto PIPAG como exemplo a ser debatido dentro da lógica patrimonial. Órgãos internacionais como a UNESCO têm trabalhado intensamente no tema de patrimônio e memória e modos para se preservar e difundir conhecimento acerca das culturas e seus bens. Contudo, os problemas em relação a esses temas parecem crescer em todo o globo, proporcionalmente às inúmeras tratativas que têm como meta cuidar dos bens. Embora sejam

inúmeros os conceitos, definições e protocolos que querem dar conta do tratamento do patrimônio, não há ainda uma cartilha com “receitas” de como todas as sociedades devam lidar com a preservação e manutenção de suas culturas e seus bens. Nesse sentido, repensar coletivamente em estratégias para a preservação daquilo que nos é mais caro como sociedade, nosso legado cultural, é o ponto essencial para estabelecermos reutilização e ressignificação dos lugares e das histórias de maneira mais democrática e justa. Para tanto, o texto apresentado discute a noção do inventário, das propostas e, mais especificamente, das escolhas adotadas para esse projeto inicial de inventário patrimonial a partir de uma pesquisa interdisciplinar. Com foco nas dinâmicas sociais, o diálogo no âmbito de comunidades alarga-se, incluindo conceitos não acadêmicos sobre patrimônio.

O segundo artigo, como uma continuação do capítulo anterior, discute o tema de patrimônio dentro da perspectiva da memória de indivíduos da sociedade. Por meio de entrevistas levadas a cabo por alunos de graduação da UC Educação Patrimonial da Unifesp, os alunos puderam ao mesmo tempo compreender a dimensão do patrimônio de Guarulhos, o trabalho de história oral, bem como interpretar as entrevistas em relação à pesquisa de inventário do patrimônio arqueológico de Guarulhos. O que se pretende com essa abordagem é que a discussão sobre o patrimônio cultural também possa ser produzida pelos sujeitos que são ao mesmo tempo objetos de estudo. Dessa forma, esperamos que parcela da população possa se reconhecer naquilo que participou e seja instada a se apropriar do conhecimento aqui produzido. De acordo com Smith (2006), o real senso de patrimônio não é a simples existência do bem material, mas a transmissão do conhecimento por meio desse bem. Pensando sobre isso e tendo como ponto de partida o projeto PIPAG, este capítulo se propõe a analisar como a sociedade local lida com suas questões patrimoniais.

O terceiro artigo trata da colonização do território onde hoje se encontra Guarulhos e dos indígenas estabelecidos nesse território durante os séculos XVI e XVII. Em torno de aldeamento jesuítico e áreas de mineração de

ouro, a história de indígenas e posseiros passa a ditar as formas de ocupação territorial. Esse texto, com dados e análises da importância da presença indígena, e do encontro entre colonizador e colonizado, é uma importante contribuição para o conhecimento dos segmentos sociais que atuaram na história local, com seus conflitos, resistências e adaptações a um novo e imposto modo de viver e que transformaram a configuração dos espaços sociais.

O artigo quarto, por sua vez, dando continuidade à questão do território e sua ocupação por grupos indígenas e posseiros, discute o processo de apropriação privada das terras do aldeamento original com base em dados originais. Os dados sobre o processo de desamortização das terras indígenas tratados nesse capítulo mostram que, na medida em que suas terras são tomadas por colonos, paralelamente, e em consequência, ocorre uma drástica redução da população indígena.

O artigo quinto traz a metodologia aplicada e os mapas georreferenciados do projeto PIPAG. O SIG nesse projeto possibilitou a articulação entre as feições espaciais e as respectivas informações alfa-numéricas organizadas em bancos de dados e o processo de georreferenciamento. Assim sendo, o mapeamento georreferenciado permitiu que muitos mapas temáticos pudessem ser produzidos a partir do manuseio do banco de dados, ao se escolher dentre as informações ali organizadas aquelas que se pretende sejam “traduzidas espacialmente”. Todos os mapas elaborados no projeto PIPAG que permitiram a discussão apresentada no presente Dossiê estão disponíveis em www2.unifesp.br/centros/arqueologia.

O artigo sexto trata da Arqueologia Colonial a partir da leitura dos bens arqueológicos relacionada à época de contato entre europeus e indígenas em Guarulhos. Estruturas de mineração aurífera do período colonial na área que atualmente abrange os municípios de Mairiporã, Nazaré Paulista e Guarulhos, no estado de São Paulo, tendo a maior concentração nessa última cidade, foram inventariadas e pesquisadas nesse projeto. A partir da leitura do espaço por meio da Arqueologia da Paisagem, Arqueologia do Movimento e Arqueologia

Colonial, realizamos uma leitura do espaço de assentamento colonial e áreas e caminhos de integração. Dado que toda a leitura da paisagem foi efetuada a partir dessas premissas teóricas, esse capítulo desenvolve mais essa parte teórica que será útil para a compreensão dos capítulos oitavo e nono.

No artigo sétimo, os autores trazem uma leitura da urbanização de Guarulhos entre os séculos XIX e XX, a partir de grandes projetos urbanísticos arquitetônicos que causaram altos impactos e profundas transformações ambientais, paisagísticas e sociais. Mais do que isso, a partir da leitura dos múltiplos loteamentos que dividiu as terras desde o século XIX foi possível conhecer e compreender o parcelamento da terra urbana e diagnosticar as áreas de prioridade urbanística a partir de áreas com maior investimento público.

O capítulo oitavo traz uma leitura do espaço religioso de matriz africana na atualidade. Dados apontam a destacada importância desse legado cultural religioso no município de Guarulhos, em comparação com os demais municípios do estado de São Paulo². Essa primeira abordagem, ainda que incipiente, obriga-nos a refletir sobre os fatores históricos envolvidos nesse processo de envolvimento da sociedade local com aquelas religiões, assim como nos aspectos de patrimonialização de legados culturais da atualidade que leva à valorização para a identidade local e o convívio social.

Por fim, o nono artigo faz uma discussão dos capítulos anteriores, em uma leitura das conexões entre lugares, pessoas, economia e ideias. Nesse capítulo, mostramos como nosso recorte do que entendemos e escolhemos aqui como a essência patrimonial do território de Guarulhos – juntamente com o que a população sente como seu patrimônio –, faz sentido do ponto de vista do conhecimento científico, mas também do cotidiano da sociedade moderna; como o reconhecimento das múltiplas histórias

do passado faz sentido para as escolhas que fazemos na atualidade.

Migrações, deslocamentos de pessoas, objetos e ideias sempre foram constantes no mundo (Beaudry e Parno, 2013: 1), e foram vetores de promoção de culturas e convergências sociais. É, contudo, com o encontro do Velho com o Novo Mundo que o grande impacto cultural e biológico ocorreu em escala global de forma a afetar profundamente as sociedades de ambos os lados e reestruturando formas de vida desde suas práticas cotidianas, como na alimentação e saúde dos povos, até as formas de prática de poder e economia.

Esse tema de encontro entre esses dois mundos tem sido uma incessante questão nas pesquisas arqueológicas. Não obstante, lacunas profundas ainda existem na história desses grupos sociais que se encontraram e se reinventaram culturalmente.

Este trabalho volta ao tema do choque cultural entre o Velho e o Novo Mundo, na expectativa de se compreender os fatores que dispararam a reorganização da sociedade luso-brasileira, no que tange ao município de Guarulhos.

A Arqueologia é uma disciplina interdisciplinar e que faz uso de conhecimentos advindos de diferentes áreas do conhecimento para a análise da sociedade do passado. Na Arqueologia Histórica não é diferente, ainda mais se tratando de contextos com influência da globalização que impõe desafios teórico-metodológicos diversos (e.g., Andrén, 1998; Funari, 1999: 57; Funari, Jones e Hall, 1999: 7; Orser, 1996).

O emprego de dados da cultura material e do documento escrito ainda é um desafio que vem sendo trabalhado por pesquisadores da área de modo a dar conta dos problemas referentes ao discurso e às fontes narrativas (e.g. Feinman, 1997; Kepecs, 1997; Stark e Allen, 1998).

A pesquisa arqueológica de Guarulhos permite uma abordagem comparativa para a discussão da relação entre o documento escrito e a cultura material para o conhecimento do passado, debate teórico-metodológico e conceituais sobre Arqueologia Colonial, Arqueologia da Paisagem e a Arqueologia do Movimento, bem como a cultura material como patrimônio é compreendida pela sociedade e quais as

2 Projeto de Inventário do Patrimônio Arqueológico de Guarulhos (PIPAG/UNIFESP) (FAPESP/CONDEPHAAT/SEC. Processo Fapesp n. 11/51067-2 e Processo Fapesp/Condephaat n. 2012/50039-8). Responsável: Profa. Dra. Cláudia Regina Plens.

posturas da sociedade civil e governamental para o manejo e proteção dos remanescentes do passado.

A contribuição dessa pesquisa decorre da amplitude dos temas, colonização, geografia e espacialidade, migrações, trabalho escravo indígena e, por fim, de mobilidade e movimento de pessoas, objetos, ideias e patrimonialização.

Por meio da discussão da paisagem, urbanização, edificações e cultura material, este trabalho desenvolve uma pesquisa acerca da colonização europeia no Novo Mundo, ligando as culturas indígenas locais com o mercantilismo europeu do século XVI, levando à modificação da natureza do espaço de produção que levou ao desenvolvimento urbano moderno.

Para tanto, esta pesquisa de inventário do patrimônio arqueológico de Guarulhos não se apresenta como um extenso inventário técnico do patrimônio, mas como uma extensa discussão acerca das relações espacial e social que ocorrem na história entre as construções humanas.

Este projeto de inventário do patrimônio de Guarulhos, embora traga uma longa pesquisa e múltiplas e profundas discussões, é apenas o gatilho inicial de um projeto que não se aca-

ba em si, mas que instiga e permite o desenvolvimento de diversos projetos sobre arqueologia, história, cultura, patrimônio e memória por diferentes agentes da sociedade civil e entidades pública e privada.

Quanto à proteção e conservação do patrimônio cultural, como discutido no artigo primeiro e nono, esta depende, sobretudo, das práticas que a própria sociedade gera em torno de seu patrimônio e da relação da sociedade em seus distintos segmentos sociais.

Agradecimentos

Especiais agradecimentos ao Sr. Elton Soares de Oliveira, que há anos dedica-se a localizar estruturas arqueológicas no município de Guarulhos e colaborador do projeto; ao Prof. Dr. Gilberto da Silva Francisco, por seu empenho na execução do inventário do PIPAG; ao Departamento de Preservação Histórica de São Paulo – DPH – que nos concedeu endosso de salvaguarda temporária para o projeto; à Fapesp, Condephaat e Secretaria de Cultura pelo financiamento do projeto.

Referências Bibliográficas

- Andrén, A. 1998. *Between Artifacts and Texts: Historical Archaeology in Global Perspective*. New York: Plenum Press.
- Beaudry, M.; Parno, T. (Eds.). 2013. *Archaeologies of Mobility and Movement*. New York: Springer.
- Bowser, B.J.; Zedeño, M. N. 1999. *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City: University of Utah Press.
- Couto, M. 2011. *E se Obama fosse africano?: e outras intervenções*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Dean, W. 1996. *A Ferro e Fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Feinman, G. 1997. Thoughts on new approaches to combining the archaeological and historical records. *Journal of Archaeological Method and Theory*. 4 (3-4):367-77.
- Funari, P.P. 1999. Historical Archaeology from a World Perspective. In: Funari, P. P. Jones, S. e Hall, M. (Eds.). *Historical Archaeology: back from the edge*. One World Archaeology. London: Routledge, p. 37-66.

- Funari, P.P.; Jones, S.; Hall, M. 1999. *Historical Archaeology: back from the edge*. One World Archaeology. London: Routledge.
- Jordan, K. 2009. Colonies, Colonialism and Cultural Entanglement: The Archaeology of Past-Columbian Intercultural Relations. In: Majewski, T.; Gaimster, D. (Eds.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, p. 31-49.
- Jorge, J. 2006. *Tietê, o rio que a cidade perdeu: São Paulo 1890-1940*. São Paulo: Editora Alameda.
- Kepecs, S. 1997. Introduction to New approaches to Combining the Archaeological and Historical Records. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4:193-98.
- Orser, C. 1996. *A Historical Archaeology of the Modern World*. New York: Plenum Press.
- Pérez-Aguilar, A.; Barros, E.J.; Andrade, M.R.M.; Oliveira, E.S.; Juliani, C.; Oliveira, M.A.S. 2012. Geoparque Ciclo do Ouro, Guarulhos, SP. In: Schobehaus, C.; Silva, C. R. (Eds.). *Geoparques do Brasil – Propostas*. Brasília, CPRM, p. 541-582.
- Plens, C.R. 2002. *The São Paulo Railway Co. Ltda e a Vila de Paranapiacaba*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Plens, C.R. 2016. O Mistério dos Objetos. In: Dias, C.K.B.; Porto, V.C. (Orgs.). *Fundamentos da Prática Arqueológica: Ensaio*. Campinas, Laboratório de Arqueologia Pública, coleção digital, p. 115-120.
- Prado Junior, C. 1966. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Reis, N.G. 2013. *As minas de ouro e a formação das Capitanias do Sul*. São Paulo: Via das Artes.
- Smith, L. 2006. *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- Stark, M.T.; Allen, J. 1998. The Transition to History in Southeast Asia: An Introduction. *International Journal of Historical Archaeology*, 2 (3):163-75.
- Vilardaga, J.C. 2013. “As controvertidas minas de São Paulo (1550-1650)”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 29 (51):795-815.
- Zanettini, P. 1998. *A Calçada do Lorena: o caminho para mar*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). Museu de Arqueologia e Etnologia. Universidade de São Paulo, São Paulo.